

**MOURA.; Diogo de Calasans Melo Andrade; Geórgia Gabriela Argôlo Schitini; Plínio Rebouças de <sup>1</sup>**

## RESUMO

Resumo: O artigo que se pretende subscrever está inserido nos estudos relacionados aos impactos jurídicos, econômicos e sociais das novas tecnologias dentro da temática dos direitos humanos. A pesquisa terá enfoque na regulação do uso da biotecnologia na agricultura brasileira, cenário em que os ganhos de produtividade podem conflitar com os riscos à preservação da biodiversidade. Convém ressaltar que o alcance de uma maior segurança alimentar e a conservação da biodiversidade fazem parte dos objetivos do desenvolvimento sustentável previstos na “agenda 2030” da ONU. O trabalho promoverá uma análise crítica das normas e políticas públicas brasileiras que disciplinam a biotecnologia no campo, contextualizadas em um cenário de concentração de tecnologia em poucas corporações multinacionais, especialmente após fusões e aquisições entre as chamadas “Gene Giants” nos últimos anos. O oligopólio técnico tornou-se especialmente dominante em dois pilares essenciais do agronegócio: a manipulação de organismos geneticamente modificados e a produção de defensivos químicos contra pragas e outras plantas (agrotóxicos e herbicidas). A abordagem do problema será qualitativa e quantitativa, com pesquisa de natureza exploratória, utilizando-se do procedimento de pesquisa bibliográfica e documental, análise de doutrinas, documentos, legislações e demais textos científicos pertinentes à temática, além da consulta de notícias em mídias especializadas e bancos de dados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura, Biodiversidade, Biotecnologia, Direitos Humanos